

ACTA N.º 2/2010**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL****DE 2010:** -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro, En.ª. Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª. Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª. Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.ª. Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Dr. Vitor Manuel de Jesus Barreira, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Dr. Vitor Miguel Seabra Lourenço, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Sr. Gabriel Miranda Pinho, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Sra. Sara Raquel dos Santos Fresco e Sr. António Cardoso Alberto. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta do Sr. deputado municipal Albano Manuel da Rocha Lourenço.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e a ausência anteriormente referidas.-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia** começou por indicar que se tratava de uma sessão ordinária e, como tal, iria dar início ao período de informações.-----

-----Entretanto, **O Sr. Deputado Municipal José Frade (PSD)** solicitou autorização ao Sr. Presidente da Assembleia, para fazer interpelação à mesa, relativamente ao estabelecido na “*ordem de trabalhos*” e com base no art.º 74, propôs a introdução de um novo ponto, o qual teria como base o agendamento da revisão do regimento, dado que o mesmo se encontrava desactualizado, ao mesmo tempo que propôs a criação de uma comissão para esse efeito.-----

-----Relativamente ao solicitado pelo Sr. Deputado, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** quis pronunciar-se, principiando por referir, que a mesa aceitaria a proposta e que a partir desse momento a “*Ordem de trabalhos*” passaria a ser constituída por nove pontos, sendo que o ponto acrescentado versaria, exclusivamente, a constituição de uma comissão para revisão do Regimento Interno.-----

-----Seguidamente, colocou a proposta apresentada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 2 votos contra e 4 abstenções. -----

-----No decorrer do período de “*Informações*” usou da palavra o **Sr. Deputado Municipal Vítor Lourenço (PSD)** que deu conhecimento à Assembleia de um e-mail, remetido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, justificando a sua ausência à presente sessão da Assembleia, por motivos profissionais em simultâneo tempo congratulou-se pela reunião realizada recentemente entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, com vista a realização de um protocolo entre as duas instituições, para execução de limpezas na área da freguesia. Realçou ainda a importância de tais encontros, no sentido de uma maior abertura para um melhor desenvolvimento do concelho e da freguesia, apelando que se realizam estes encontros com maior regularidade. -----

-----Solicitou a palavra a **Sr.ª Deputada municipal Enfª Leonor Borralho (PSD)**, para fazer um breve resumo acerca da reunião do Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego 3 onde esteve presente em representação da Assembleia Municipal. ---

-----A Sr.ª deputada referiu que a reunião tinha sido basicamente para dar conhecimento dos elementos que compõem o Conselho do ACES, tendo o Director Executivo, Dr. Rui Crisóstomo, mostrado o seu desagrado em relação ao espaço de funcionamento e respectivos recursos humanos. Mencionou ainda que, o Sr. Dr. Afonso Abrantes alertou para o facto de não ser possível instalar o Conselho de Comunidade enquanto o Sr. Director Executivo não possuísse condições de trabalho. -----

----- Terminou a sua exposição, informando que tinha ficado decidido, na referida reunião, a constituição de uma Comissão para junto da ARS-Centro exprimir as dificuldades sentidas pelos órgãos de gestão do ACES.-----

----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)**, informando sobre a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, ficando a mesma a dever-se à necessidade da sua presença e do Sr. Vice-Presidente numa reunião para tratar de assuntos ambientais, de importância para o concelho. -----

-----Entretanto, devido à ausência do Sr. Presidente da Câmara o **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** foi designado para representar a Câmara Municipal, na sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, Sr. Gabriel Pinho** usou da palavra, começando por referir a sua satisfação pela realização da uma reunião com a Câmara Municipal de Mira, reunião essa por si já solicitada há algum tempo.-----

-----Manifestou a sua satisfação pelo protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, para limpeza das valetas, esperando que o mesmo desse bons frutos.

-----Antes de iniciar a “***Ordem do dia***”, **O Sr. Presidente da Assembleia** quis dirigir alguns agradecimentos ao Executivo, pelo facto de ter realizado algumas melhorias em relação ao mobiliário da sala de sessões, enaltecendo o trabalho realizado. -----

----- Tomou a palavra o **Sr. Deputado Municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)**, para solicitar a todos os presentes o preenchimento de um formulário e posterior entrega nos

serviços, juntamente com o envio de uma foto para o e-mail oficial, de forma a proceder-se à actualização do site da Assembleia. -----

----- Advertiu ainda para a entrega de um envelope com password pessoal, dando acesso à plataforma “Arquivo”, onde, futuramente irá ser disponibilizada toda a informação relativa às sessões da Assembleia Municipal, referindo ainda que, em caso de dúvida, os serviços de Informática da Câmara Municipal, prestariam o necessário apoio. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

-----O Sr. Presidente da Mesa colocou à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 23 de Fevereiro de 2010. -----

-----Interveio a **Sr.ª Deputada Municipal Dr.ª Maria da Conceição Oliveira (PSD)**, para fazer alguns reparos ao texto da referida acta. Assim, reportou-se à página 7, linha 12, referindo um pequeno lapso, porquanto constava “ foram aprovados as grandes...” em vez de “ foram aprovadas as grandes...”. -----

-----Ainda na página 20, a Sr.ª deputada evidenciou uma dúvida em relação à iniciativa da limpeza das praias da Associação SurfRider, “*não há pequena poluição*” concluindo, na sua opinião, pela forma como estava escrito, que “não existiria pequena poluição” entrando em contradição com a necessidade de limpeza, sugerindo assim que fosse retirado o “h”, ou, pelo menos, que estivesse entre aspas. -----

-----Sem mais rectificações, a Sr.ª deputada terminou a sua intervenção, seguindo-se o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)** que também quis propor uma

pequena rectificação na página 7, porquanto era referido que os deputados do Partido Social Democrata, eleitos para a mesa da Assembleia Intermunicipal do Baixo Mondego eram mirenses e, na verdade, não eram, pelo que era importante fazer-se essa correcção à acta. -----

-----**O Sr. Deputado Municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)**, ainda em termos de rectificações da acta, propôs que fosse feita uma correcção na página 45, no sentido de passar a constar na palavra “há” no slogan “não há pequena poluição”, um “H” grande ou escrito em itálico. -----

----- No que diz respeito às actas, o **Sr. Presidente da Assembleia** veio uma vez mais alertar para o facto das mesmas serem muito extensas, aproveitando para dar a conhecer uma proposta da mesa, traduzida no seguinte: as actas devem ser um resumo do que essencial se tiver passado na reunião, tal como a Lei expressamente o refere, podendo ficar anexado à mesma o registo magnético em cassete ou em suporte CD ou DVD. -----

-----Relativamente à elaboração das actas, o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)** disse que achava relevante que a acta contivesse as intervenções proferidas pelos Srs. Deputados. Sempre que os mesmos demonstrarem esse interesse. Embora as mesmas se encontrassem arquivadas noutra sistema de suporte, designadamente, informático. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** considerou razoável a solução proposta e solicitou a todos os Srs. Deputados que, relativamente às suas intervenções, deixassem

expresso o que queriam que ficasse explícito na acta, para além do sentido da intervenção. -----

-----O **Sr. Deputado Municipal Dr. José Garrucho (MAR)** sugeriu que essas menções fossem transcritas por escrito, de maneira a constar em acta. -----

-----Neste sentido, o **Sr. Presidente da Assembleia** solicitou a todos que, se porventura não tivessem escrito os respectivos textos no momento da sua intervenção, os escrevessem e entregassem ao secretariado, em momento posterior, para inserção na acta, obtendo-se assim mais vantagens e facilidade na redacção do texto do documento.-

-----O **Sr. Deputado Municipal Dr. José Garrucho (MAR)** apontou alguns riscos em relação a esse procedimento, denotando, em primeiro lugar, que era muitas vezes com o debate e com o contraditório de opiniões que a verdade se esclarecia. Se todos trouxerem um texto escrito de casa, deixaria de haver debate, passando o resumo a sobressair apenas como um encontro de vontades, nada sendo acrescentado à democracia e à discussão das ideias. Por outro lado, disse que compreendia que era feito um esforço enorme para redigir as actas, aceitando que alguns pontos pudessem ser reduzidos, a escrita antecipadamente mas deveria ter-se algum cuidado para que não se perdesse a essência do debate. -----

-----Ao encontro do que foi referido pelo **Sr. Deputado Municipal José Garrucho (MAR)**, o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)**, interveio no sentido de clarificar que, na sua opinião, o debate e o contraditório não deixariam nunca de existir e que, após a reunião, cada interlocutor faria chegar ao secretariado um texto,

reproduzindo o que da sua intervenção fosse conveniente, que ficaria sempre um registo em anexo ao documento de tudo o que era dito, que podia ser consultado, mesmo no futuro. -----

----- Interveio também o **Sr. Deputado Municipal José Balugas (MAR)** dizendo que era da opinião que deveria procurar reduzir-se um pouco o texto das actas, tornando-as menos extensas, devendo constar essencialmente o que era necessário e preciso, fazendo corresponder o mais possível à realidade daquilo que se tiver passado na reunião. Tendo obrigatoriamente o substancial das reuniões que ficar explanado, caso contrário, correr-se-ia o risco de não ser transmitida a verdade dos factos e, como a acta iria ser um documento público, deveria ser dado cumprimento à Lei e ser transmitida a ideia concreta daquilo que era passado na reunião. -----

-----O **Sr. Deputado Municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)** lembrou o determinado no n.º 1 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção a qual determina que de cada reunião ou sessão é lavrada acta, contendo um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada. Assim, sugeriu que as actas fossem elaboradas, consoante o referido artigo, devendo incluir um pequeno resumo síntese das intervenções dos deputados Municipais. -----

----- Prosseguindo os trabalhos, foi colocada à votação a proposta apresentada pela

mesa, relativamente ao modo de elaboração das actas, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 3 abstenções. -----

-----Em Seguida, foi colocada também à votação a acta da sessão anterior, realizada em 23 de Fevereiro de 2010, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 3 abstenções, por parte dos senhores deputados Eng.º Carlos Monteiro, Dr. Juan António Apolinário e Dr. Vítor Barreira, por não terem estado presentes na aludida reunião. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

-----Interveio a **Sr.ª deputada Dr.ª. Zélia Morais (PS)**, que questionou relativamente à situação da empreitada em Carromeu que estaria basicamente concluído, contudo, estava ainda por executar o saneamento no bairro daquela localidade, tendo já sido interpelada várias vezes pelos moradores. -----

----- De seguida, foi cedida a palavra ao **Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, Sr. Gabriel Pinho** que começou por perguntar quem era o responsável pelo Boletim Municipal, demonstrando algum descontentamento em relação ao seu conteúdo. Perguntando se o mesmo era revisto antes de ser enviado para a gráfica ou não, pois relativamente à informação dada quanto às verbas conseguidas para construção do Centro Social as mesmas não estavam correctamente indicadas. Mais quis saber como se processava a distribuição do Boletim pelo concelho. -----

-----Disse também que, no Arneiro, teria visto uma camioneta a carregar material da obra de execução de calçada, encontrando-se as caixas abertas, abandonadas e sem

tampas, constituindo um perigo para os caminhanes, questionou sobre a possível falência da empresa. -----

-----Seguiu-se a intervenção da **Sr.ª Deputada Municipal Enf.ª Leonor Borralho (PS)**, que se reportou à reunião do Conselho da Comunidade realizada em 10 de Março findo, onde esteve presente, a qual se tinha baseado essencialmente na apresentação de todos os representantes da Comunidade. Relatou que, logo que terminada a apresentação pelo Sr. Deputado Municipal José Frade, na qualidade de representante das associações sindicais, este tinha transmitido a sua opinião em relação às pessoas que trabalhavam nos centros de saúde, dizendo que as mesmas, podiam ficar inibidas de exprimir as dificuldades existentes nos seus serviços de saúde, podendo estar ali pessoas que não representassem bem as suas instituições, para mal dos utentes. A Sr.ª Deputada demonstrou o seu descontentamento pelo que tinha sido dito, reforçando que se encontrava naquela situação por ter sido eleita pelo povo de Mira, mas que se achavam que não possuía as capacidades necessárias para representar a Assembleia Municipal, no Conselho da Comunidade, colocava o seu lugar à disposição. -----

-----A terminar, perguntou para quando a limpeza da zona da Varanda Verde e envolvência do Parque de Campismo, na Praia de Mira.-----

-----Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado Juan António Apolinário (PSD)**, que fez referência à iniciativa dos elementos da bancada do PSD, junto com os deputados eleitos no círculo de Coimbra, pelo PSD, de ser colocada à Tutela a questão relacionada

com o Parque de Campismo da FAOJ da Praia de Mira, o qual se encontrava em zona nobre daquela vila e era urgente que fosse feita alguma coisa. -----

-----O Sr. Deputado prosseguiu a sua intervenção, indagando relativamente a obras que estavam a ser executadas na Videira Sul, questionando a sua legalidade, se estavam ou não licenciadas. Mais questionou sobre as justificações notariais dos “baldios” cujos Editais surgiram nos jornais, e quis saber se a Câmara tinha ou não contestado tais acções. Questionou ainda relativamente à habitação social da Videira Norte. -----

----- Terminou a sua intervenção, aludindo à necessidade de limpeza não só na Praia de Mira, como um pouco por todo o concelho, parecendo-lhe que a imagem do mesmo estava um pouco descuidada. -----

----- Autorizado a intervir, o **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego** respondeu às questões anteriormente colocadas, tendo começado pela questão exposta pela Dr^a. Zélia, informando que a nível do saneamento no concelho em Carromeu, a obra estava toda adjudicada, sendo a maior obra de saneamento e com maior prazo de execução de tempo. -----

----- Sobre a questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, Sr. Gabriel Pinho, o Sr. Vereador Dr. Miguel justificou que o responsável pelo Boletim Municipal, ao abrigo da Lei, seria o Sr. Presidente da Câmara. Contudo, o mesmo passava pela sua revisão pessoal, antes de ir para a gráfica, sendo o principal e único responsável pela publicação em apreço. Quanto à menção incorrecta de verbas, afirmou que os valores teriam sido cedidos pelo Sr. Gabriel Pinho aquando do discurso de

inauguração, admitindo, no entanto, que os dados pudessem não estar correctos, pelo que apresentou o seu pedido de desculpas. -----

----- Reportando-se ainda à publicação dos boletins, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego referiu que tinham vindo a ser distribuídos sempre da mesma maneira, por todas as associações e entidades do concelho, remetidos por via postal, para além de disponibilizados nas instalações da Câmara, nomeadamente, no Museu, nos vários espaços da Câmara e também distribuídos pelos fiscais por todos os locais onde estejam editais. O Sr. Vereador prometeu ainda averiguar por que razão não tinham sido distribuídos nos Carapelhos, tendo disponibilizado, desde logo, alguns exemplares. -----

----- Sobre a questão relacionada com as obras no Arneiro, o Sr. Vereador Dr. Miguel esclareceu que, segundo informação técnica, a mesma estava a decorrer com normalidade e o contrato a ser cumprido, que era uma empreitada de grande extensão e que abrangia mais localidades da zona sul do concelho. Quanto ao problema de alguma falta de sinalização, designadamente das caixas de saneamento, disse que a Câmara Municipal estava atenta, assim como os serviços de Protecção Civil que, com regularidade, repunham a sinalização que por vezes era vandalizada. -----

----- Respondendo ao apontado pela Sr.ª Deputada Leonor Borralho, referiu que nessa mesma semana seriam iniciados os serviços de limpeza na área circundante da Varanda Verde. Mais fez questão de dizer que a responsabilidade daquela área não era competência da Câmara, nem da Junta de Freguesia, pois a mesma estava inserida no perímetro florestal das dunas e pinhais de Mira, tutelada pela Autoridade Florestal

Nacional, todavia eram as Autarquias Locais que faziam sempre a limpeza daquelas áreas, pese embora, tenha que ser solicitada à Tutela autorização para intervenção -----

-----Reportando-se à intervenção do Sr. Deputado Municipal Juan António Apolinário, a propósito do parque de Campismo da FAOJ, disse que considerava uma questão jurídica, algo intrincada e tudo estava a ser feito, designadamente em termos jurídicos, para ultrapassar a situação e obter um desfecho favorável, dependendo este, em muito, da dinâmica do poder político. Frisou ainda que, politicamente, tem vindo a ser feito muito esforço, mas que continuava a ser exigido da parte jurídica de ambas as entidades muito trabalho. -----

-----Em relação às obras da Videira, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego reportou-se aos baldios e realçou que era necessário diferenciar os terrenos do domínio público municipal e do domínio privado. Mais que era necessário, identificar as obras que se encontravam licenciadas ou por licenciar, adiantando ainda que os serviços de fiscalização estavam atentos e instauravam os devidos autos, tendo, recentemente, sido embargadas algumas obras, desconhecendo, no momento se tratava das construções aludidas ou não. -----

-----Reportando-se à habitação social, lembrou que tinha havido uma decisão no Tribunal da Relação, mandando baixar o processo à instância inferior, para amplificação do objecto da decisão, estando ainda a aguardar-se a decisão relativamente aos baldios.-

---- Ainda no que diz respeito a limpezas, designadamente da Vila de Mira, informou que iriam ser estabelecidos protocolos com as Juntas de Freguesia e que o concelho, certamente, iria ficar mais limpo. -----

---- Interveio o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)** para lembrar que, ao abrigo do disposto na alínea m) do art.º 11.º do Regimento, o Boletim Municipal era um documento que deveria ser disponibilizado a todos os elementos da Assembleia. ----

---- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego advertiu para o facto de todas as pessoas terem acesso ao Boletim Municipal através da página Web da Câmara Municipal. -----

---- Seguiu-se a intervenção da **Sr.ª Deputada Municipal Dr.ª Vera Manco (PS)** que felicitou o Executivo pela realização da “Gândara & Planta”, realizada no jardim do Visconde e perguntou a razão de não se ter realizado a feira dos grelos, à semelhança dos anos anteriores. Fez ainda referência à programação diversificada do certame, que elogiou. -----

---- Terminando a sua intervenção, questionou se na presente época balnear, a Praia de Mira e Praia do Poço da Cruz iriam manter a Bandeira Azul. -----

---- Interveio, a seguir, a **Sr.ª Deputada Municipal Dr.ª Conceição Oliveira (PSD)**, começando por demonstrar algum descontentamento sobre a falta de limpeza e embelezamento de alguns espaços públicos do concelho, referindo a rotunda da Feira de Portomar, a estrada do Cemitério da Praia de Mira para Barra, assim como o terreno contíguo à Capela da Presa que disse estar em estado lastimoso, agravado agora pela falta da vedação que lá existia e que tinha sido danificada pelo mau tempo. -----

-----Usando da palavra, o **Sr. Deputado Municipal Pedro Nunes (PSD)** subscreveu o referido anteriormente pela Sr.^a deputada Dr.^a Vera Manco, pretendendo saber as razões que tinham levado à alteração da data de realização da Feira dos Grelos.-----

-----Perguntou depois, relativamente à execução de um muro que estava a ser constituído num loteamento na localidade da Barra, em desalinho com as edificações já existentes, se tinha sido dada permissão para a sua execução. -----

-----O **Sr. Deputado Municipal João Nogueira (PS)**, tomou a palavra e fez uma alusão abonatória relativamente à iniciativa “Limpar Portugal” e alertou também para a necessidade de serem concluídas as obras iniciadas na Rua Dr. Manuel Estrela, na Praia de Mira, no Inverno passado, mantendo-se o local por alcatroar.-----

-----Quanto a esta última intervenção, o sr. Vereador Dr. Miguel disse que iria dar instruções aos serviços para verificarem o que se passava e ordenar uma imediata intervenção, no caso de se verificar que a situação oferecia perigo. Informou também que, relativamente à obra de saneamento na Videira Sul, a empresa responsável pela, obra tinha falido, estando o procedimento em fase de litígio, tendo já a Câmara Municipal deliberado a aplicação de uma coima, por incumprimento do contrato. -----

-----Quanto ao “Limpar Portugal”, disse que a Câmara se regozijava com a adesão dos munícipes, apesar de que, infelizmente, apareciam menos pessoas para limpar, do que as que sujavam e maldiziam. -----

-----Relativamente às questões interpostas sobre o evento “ Feira dos Grelos”, fez constatar que não era a primeira vez que o certame se tinha realizado em datas

diferentes da “Gândara & Planta”. Disse também que o principal parceiro na realização da actividade tinha sido a UAC e que tinha sido feito um grande esforço no sentido da redução de custos, daí que se tivesse optado pela não realização da Feira dos Grelos no jardim da vila, poupando-se, assim, alguns gastos com o aluguer de uma tenda, que seria indispensável e, por outro lado, a Confraria “Nabos e Companhia” tinha entendido como boa solução a realização da feira nas instalações da associação, em Carapelhos; Solução essa que, não duvidava, iria igualmente dignificar a iniciativa. Mais disse que, também relativamente à “Gândara & Planta”, a Câmara Municipal estava empenhada em que a mesma continuasse a ser um sucesso. -----

----- Quanto à intervenção da Sr.ª Deputada Dr.ª Conceição Oliveira, relativamente à limpeza do largo da Feira de Portomar, disse que estava de acordo e já estava agendada uma intervenção a levar a efeito antes da realização do grande evento anual que ali se realiza, no âmbito do grande prémio de Columbofilia. Disse ainda que as coisas por vezes não eram feitas com a rapidez que se pretendia, mas a Câmara Municipal estava atenta e contava também, nesse âmbito, com o trabalho dos sapadores florestais que, esperava, iriam fazer uma intervenção, designadamente no terreno anexo à Capela da Presa. -----

----- Sobre a Bandeira Azul, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que já possuía informações de que este ano, uma vez mais, seriam atribuídas as 2 Bandeiras Azuis às praias do concelho de Mira. -----

-----Autorizada a intervir, a Chefe da DGU, Eng^a. Paula Oliveira, informou que a obra da Barra, a que se tinha reportado o Sr. Deputado Pedro Nunes tinha sido embargada, apesar do descontentamento do requerente, tendo sido concedido um prazo para ser requerido o licenciamento e que só nessa altura conseguiria verificar a implantação do muro, tendo-lhe sido informado pelos serviços que estaria uns centímetros fora da planta de implantação do loteamento, não tendo, naquele momento, mais nenhuma informação concreta. -----

----- **O Sr. Deputado Municipal José Frade (PSD)** questionou sobre o que estava previsto para o concelho, relacionando o aterro municipal com a iniciativa “Limpar Mira”.-----

-----O mesmo deputado solicitou também informações relativamente ao processo de contencioso existente entre a Câmara Municipal e o condomínio do empreendimento Miravillas.-----

-----Requeriu, ainda, que ficasse registado em acta a inexistência de resposta ao Grupo Parlamentar Social Democrata em relação a várias questões interpostas, advertindo para a necessidade de cumprimento de prazos, reafirmando que, caso não fosse dada resposta por escrito, iriam recorrer aos meios legais para obterem as respostas requeridas.

-----**O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Brites Monteiro (PS)** solicitou a palavra para fazer uma pequena proposta, tendente à simplificação no envio dos documentos, consubstanciando-se a mesma no envio da correspondência por via electrónica contribuindo, assim, para a sustentabilidade do Planeta. -----

-----Quis ainda informar que esteve presente na apresentação do Polis na Ria, estranhando o facto do mesmo não fazer qualquer referência à agricultura da região, sendo apenas utilizados argumentos técnicos. -----

----- Prosseguindo os trabalhos, usou da palavra o **Sr. Deputado Municipal Dr. José Garrucho (MAR)**, começando por elogiar a iniciativa “*Limpar Mira*”, considerando-a como extraordinária e irrepetível, mostrando ainda admiração por ter visto envolvidas naquela actividade pessoas que geralmente não dão a sua participação. Lançou, depois, um desafio no sentido de que se deixasse de colocar o lixo nos mesmos sítios em que anteriormente se colocavam e que tinham sido limpos no dia 20 de Março, devendo a Autarquia providenciar locais alternativos para esses despejos, de modo a serem encaminhados para os sítios certos onde irão ser tratados e reciclados, sob pena da iniciativa levada a cabo em Março, não passar de uma atitude isolada, não produzindo qualquer efeito prático, no futuro. -----

-----Em Seguida, foi cedida a palavra ao **Sr. Deputado Municipal Dr. José Balugas (MAR)**, o qual lembrou o facto de não terem havido grandes iniciativas a nível local para a comemoração do “25 de Abril”. -----

O mesmo Deputado demonstrou o seu descontentamento em relação à situação do parque infantil da Praia de Mira, que teria sido encerrado pela ASAE. Foi informado que o seu encerramento se devia ao facto do ferrolho do portão não estar em condições, para além de carecer de algumas marcações no corredor interior, o acesso lateral a alguns equipamentos, a substituição de uma placa de identificação, etc., evidenciando

não perceber a demora de uns arranjos tão simples, passados 3 meses sobre o seu encerramento. -----

----- Chamou ainda a atenção para o facto de, na pista pedonal, especialmente junto ao Clube Náutico, a madeira da ponte estar completamente destruída, assim como também na zona da Videira em que a degradação das pontes de madeira era já bastante acentuada. -----

----- Alertou ainda para a existência de bastante areia na Avenida Marginal da Praia de Mira, assim como na zona da lota, de onde tinham sido retirados os palheiros e, se não fossem tomadas medidas, iria haver areias na estrada durante todo o ano, porquanto não existia ali nenhuma barreira a dificultar a sua passagem, pese embora também tenha vindo a constatar que a Junta de Freguesia tem estado no terreno a fazer limpezas diariamente. -----

----- Relativamente à limpeza do terreno na Presa, junto à capela, disse que, devido ao temporal, a vedação tinha sido destruída e tinham sido colocados, a nu, ferros e entulho que constituíam um perigo, designadamente para as crianças da catequese, sendo necessário analisar a situação. -----

----- Quanto às casas de banho em frente ao Parque de Campismo referiu que, apesar de se encontrarem sinalizadas, eram de muito difícil acesso, sobretudo para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida. -----

----- **O Sr. Deputado Municipal Ricardo Costa (PSD)** reforçou a ideia da acumulação de lixo nas ruas, designadamente após um festival realizado na Praia de Mira, dizendo

que tal imagem acabava por denegrir a própria Câmara, apesar da questão não ser da sua responsabilidade. -----

-----Em relação à acção “*Limpar Portugal*” considerou já terem referido tudo, porém não quis deixar de referir que era lamentável o aparecimento de novos sítios de depósitos de lixos, que já estavam a surgir um pouco por todo o lado. -----

-----De seguida, tomou a palavra o **Sr. Deputado Municipal Paulo Reigota (PS)**, que questionou o Executivo acerca da necessidade de arranjo da estrada do Lago do Mar, demonstrando o seu desagrado pela actual situação. -----

-----Ainda sobre a iniciativa “Limpar Mira”, o sr. Vereador Dr. Miguel reportou-se à necessidade de criação de locais alternativos para colocação de lixos, a que tinha aludido o Dr. José Garrucho, concluindo que, apesar da criação desses espaços próprios, as pessoas iriam continuar com a tendência *de* não separação do material, havendo ainda muito trabalho pedagógico a fazer nesse âmbito, devendo começar-se pelas escolas, educando as crianças a fazer a separação de lixos, sendo eles o melhor veículo de transmissão da mensagem para os mais velhos. Disse ainda que o concelho de Mira era um dos concelhos com mais densidade de ecopontos, mesmo assim as pessoas não faziam a separação dos lixos pelo incómodo de não terem o ecoponto junto à sua casa e terem de se deslocar para fazer o depósito dos seus despejos. Frisou ainda a vontade da Câmara na criação de mais espaços pequenos e intermédios para a colocação de lixo, no entanto, seria também preciso mudar as consciências e cada pessoa teria de cumprir a sua obrigação. -----

----- Reportando-se ao referido pelo Sr. Deputado Municipal Dr. José Balugas, o Sr. Vereador Dr. Miguel concordou que faltavam os acessos às casas de banho públicas junto à Barrinha, na Praia de Mira, sobretudo para deficientes, mas que seriam concretizados num futuro próximo. -----

----- Sobre as areias na marginal da praia, informou que, para além do passadiço, iriam ser construídos pela ARH umas barricadas de madeira no areal, para que as areias das dunas não se movimentassem para longe da praia, invadindo a estrada. -----

-----Relativamente ao mau estado da pista pedonal, o Sr. Vereador Dr. Miguel informou sobre um projecto que teriam apresentado à ADELO, no âmbito do “Leader” para a requalificação e modernização da pista. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, fez referência ao Parque Infantil da Praia de Mira, dizendo que o fornecimento estava ainda dentro do prazo da garantia, tendo sido cumpridos todos os preceitos legais, nos termos do Código dos Contratos Públicos e o respectivo procedimento efectuado através da plataforma “Vortal”. -----

-----Quanto às comemorações do “25 de Abril”, explicou que tinham ocorrido durante o evento “Gândara & Planta”, tendo decorrido de uma forma bastante popular, aceitando, no entanto, que poderia melhorar-se a forma de comemoração daquela data tão importante. -----

-----Sobre o assunto do lixo decorrente da realização do festival dos jovens do ensino secundário, disse que não era propriamente da Câmara Municipal a responsabilidade da

sua remoção, todavia, a Câmara sempre tinha providenciado no sentido de que o local retomasse o seu estado inicial, após o evento. -----

----- Quanto à limpeza da Barrinha na Praia de Mira, referiu que tinha sido solicitada autorização por escrito à ARH para uma intervenção, que até seria da sua responsabilidade, mas que a Câmara, à semelhança de outros anos, iria efectuar o serviço de remoção de infestantes, contando para o efeito com a colaboração dos pescadores. -----

----- No tocante ao arranjo da estrada do Lago do Mar, disse que a mesma estava integrada no projecto de prolongamento da marginal, não tendo a obra avançado ainda por motivo de existência de problemas jurídicos. -----

----- Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia reportou-se ao assunto proferido pela Sr.ª Deputada Enf.ª Leonor Borralho transmitindo-lhe, o seu apoio e dizendo que a Sr.ª Deputada estava eleita e bem eleita, não havendo qualquer motivo para a sua substituição como representante daquele órgão no ACES. -----

----- No uso do seu direito de resposta, o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)**, quis pronunciar-se sobre o referido pela Sr.ª deputada, reafirmando que *se* encontrava na ACES, na qualidade de eleito designado pelo Conselho Económico e Social e que estava ali representando um papel de defesa dos trabalhadores. Disse que tinham sido notórias na reunião as dificuldades existentes para que o Director Executivo do ACES pudesse trabalhar bem, assim como os restantes funcionários, não tendo

referenciado algum nome, mostrando-se por isso desagradado com a intervenção da Sr.^a Deputada D. Leonor Reigota.-----

-----Foi autorizado a intervir o Advogado do Município, Dr. Licínio Palhavã, para esclarecer relativamente à providência cautelar da questão “Montalvo”.-----

-----O jurisconsulto explicou que se tratava de um contrato de compra e venda de inertes celebrado entre o Município de Mira e a firma “Irmãos Lopes & Cardoso, Lda.”, na zona do Montalvo, tendo em vista a execução da A17, bem como a implementação de futura zona industrial. Disse que a validade do contrato terminara em Maio de 2009, tendo a empresa solicitado a sua prorrogação, não tendo a pretensão sido deferida pela Câmara Municipal, daí resultando a interposição, por parte da firma, em 29 de Maio de 2009, de uma providência cautelar junto do tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, tendo em vista a prorrogação do prazo do contrato. A Câmara Municipal tinha deduzido oposição e o Tribunal indeferido a pretensão do requerente, estando o processo em “segredo de justiça”, nada mais podendo acrescentar sobre o assunto. -----

-----Relativamente ao processo de contencioso com a Associação de Proprietários do Miravillas, reportou-se ao protocolo celebrado entre o Município de Mira e a referida Associação dos Proprietários em Outubro de 2004, para entrar em vigor em Novembro de 2005, tendo a Câmara Municipal considerado o mesmo nulo e de nenhum efeito, tanto mais que apenas tinha sido aprovada uma minuta e não um protocolo, não tendo sido dados poderes ao Sr. Presidente da Câmara para outorgar o mesmo. Mais referiu a marcação de uma audiência preliminar, tendo em vista: a) consignação; b) indicação dos

meios de prova e c) selecção da matéria de facto, tendo o Sr. Dr. Juiz sugerido a realização de uma reunião, para conversarem sobre a hipótese de um entendimento, não tendo havido convergência de vontades, não tendo havido acordo. Reiterou que para haver protocolo, na sua opinião, teria que haver reformulação dos seus termos e afirmou que o processo continuaria em contencioso. -----

----- De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia**, agradecendo os esclarecimentos prestados pelo Dr. Licínio Palhavã deu por encerrada a primeira parte da sessão, fazendo um intervalo de 10 minutos. -----

-----A sessão foi reiniciada às 18 h15, com a intervenção do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego que prestou alguns esclarecimentos relativamente ao processo da Videira Norte. Informou que o processo tinha sido remetido para a Primeira Instância, havendo uma decisão favorável ao Município de Mira, tendo passado para o Tribunal de Relação de Coimbra, onde também tinha tido uma decisão favorável, seguindo-se um recurso, para o Supremo, que por sua vez havia decidido baixar o Processo ao Tribunal da Relação, para uma melhor fundamentação sobre a decisão proferida. Entretanto, o Tribunal da Relação havia entendido que se deveria fazer prova de um dos requisitos, mandando baixar, para a Primeira Instância, que seria o Tribunal de Mira. Mais comunicou que o Município já havia sido notificado sobre os meios de prova, aguardando a data para a indicação de testemunhas. -----

-----Prosseguiu com a palavra **o Sr. Presidente da Assembleia**, que passou a indicar o modo de envio da documentação das sessões, a saber: a convocatória e a ordem de

trabalho seriam feitas pelos meios usuais, isto é, entregues pessoalmente, enquanto os documentos passariam a ser apresentados na plataforma “Arquivo”, em área privada do Órgão Municipal, sendo remetido um e-mail para cada elemento, dando conhecimento de que os documentos já se encontram disponíveis na plataforma. Para os líderes das bancadas seria remetida uma cópia da documentação em formato papel. Esta metodologia passará a vigorar já a partir da próxima sessão. -----

----- Colocada à votação a proposta, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:**-----

----- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.**-----

----- Usou da palavra, o **Sr. Vereador Dr. Miguel Grego**, em representação do Executivo, fazendo referência ao relatório apresentado, considerando-o claro e preciso, colocando-se à disposição de todos para esclarecer quaisquer dúvidas, assim como os Chefes de Divisão e os Técnicos que ali estavam para esclarecer o que fosse necessário.

----- O **Sr. Deputado Municipal Dr. Juan António Apolinário (PSD)** congratulou os serviços pela apresentação e organização do relatório. Reportou-se ao endividamento bastante acentuado e solicitou um melhor esclarecimento do conteúdo das páginas 7 a 9 e, em termos de indicação dos números, reiterou a necessidade da leitura ser realizada

em articulação com a Lei das Finanças Locais, mais propriamente o artigo 41º. e alertou ainda para a necessidade de atenção no que diz respeito aos limiares do endividamento.

----- Autorizado a intervir, o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)**, reportou-se à constante preocupação, por parte da sua bancada, com o endividamento e à situação financeira da Autarquia. Solicitou ainda a indicação das rubricas que contribuíram para o endividamento de 334 mil euros em dois meses, para uma melhor justificação. -----

----- Autorizada a intervir, a **Dr.ª Cristina Morais**, Técnica Superior de Economia, passou a referir que o conceito de endividamento seria o conceito de endividamento líquido municipal, baseado num endividamento de longo prazo, que tinha a ver com empréstimos contraídos e um endividamento líquido total. Por sua vez, o endividamento líquido municipal englobava a parte do endividamento a longo prazo. Disse que o que tem relevado tem sido o limiar do endividamento, tendo este sido cumprido, no ano de 2009 e que, no corrente ano, a situação tinha sofrido um agravamento. -----

----- O **Sr. Deputado Municipal Dr. Juan António Apolinário (PSD)** referiu o aumento do endividamento líquido, no valor de 140 mil euros, desde a última Assembleia, solicitando a indicação das rubricas que tinham contribuído para isso. -----

----- Respondendo, **a Dr.ª Cristina Morais** referiu que a situação do endividamento se agravou porque o valor contabilizado não era estático, todos os dias eram lavradas facturas e todos os dias era feito um balanço entre o que é devido a terceiros e o valor

existente em caixa. Concretamente, são contraídas despesas e são arrecadadas receitas, concluindo que o aumento da dívida teria a ver com dívidas a fornecedores. -----

----- **PONTO DOIS: “Constituição de Comissão Permanente prevista no art.º 60º. e seguintes do Regimento da Assembleia Municipal de Mira.”**-----

----- Sobre este ponto, usou da palavra o **Sr. Deputado Municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)**, informar sobre uma proposta apresentada pela mesa, sendo a Comissão Permanente constituída da seguinte forma: um elemento de cada grupo parlamentar a indicar e um elemento da mesa, que exerceria as funções de Presidente dessa Comissão. De seguida, solicitou às bancadas a indicação dos nomes. -----

----- O **Sr. Deputado Municipal Carlos Monteiro (PS)** indicou o Sr. João Maria Nogueira, como representante do PS -----

----- Posteriormente, o **Sr. Deputado Municipal Dr. José Garrucho (MAR)** indicou o Dr. José Balugas como representante do MAR (Movimento Autárquico de Renovação).

----- Pelo **Sr. Presidente da Assembleia**, foi indicado o 1º. Secretário Engº. Calisto Coquim, como representante da Mesa. -----

----- Pela **Bancada PSD** foi proposto o nome do Sr. Deputado Municipal Pedro Nunes.-

----- Seguidamente, passou-se a votação, por escrutínio secreto, tendo a lista apresentada sido **aprovada por unanimidade**.-----

----- Posteriormente, o Sr. Presidente da Assembleia, de acordo com a legislação, solicitou que fossem indicados nomes de suplentes. -----

-----Assim, foram indicados como suplentes os senhores deputados Dr. Juan António

(PSD), Dr. José Garrucho (MAR), Dr.ª Zélia Morais (PS) e o Sr. Paulo Reigota, em representação da Mesa. -----

----- Colocada a votação, mediante escrutínio secreto, a lista de suplentes foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----**PONTO TRÊS: “Rectificação, nos termos do disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto na aliena m) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, da deliberação tomada em 23 de Fevereiro de 2010, relativa à alteração dos estatutos da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP) e autorização de cedência (troca) de participações sociais”**.-----

----- Não se tendo verificado intervenções, o assunto foi submetido a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO QUATRO: “Aprovação, nos termos da aliena a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, da 1ª alteração ao Regulamento Municipal de drenagem de águas residuais do Concelho de Mira e 2ª alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira.”**-----

-----Depois de uma breve explicação dada pelo Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, e não tendo havido intervenções, o assunto foi submetido a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **PONTO CINCO: “Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea c), do n.º 2, do art. 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano 2009 e apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano 2009.”**-----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego referiu que a situação não era a desejada mas todos sabiam as dificuldades existentes e todos os Municípios, de uma forma geral, se queixavam das baixas taxas de execução, sendo o relatório muito claro em termos de números. -----

----- O Sr. **Deputado Municipal Dr. José Garrucho (MAR)** teceu alguns comentários ao documento em apreço e fez referência à baixa taxa de execução, de cerca de um terço daquilo que estava planeado no orçamento de 2009.-----

----- Solicitou a palavra o **Sr. Deputado Municipal Dr. Juan António Apolinário (PSD)**, iniciando por referir que no ano 2009 teria havido um agravamento da situação, afirmando que para combater o défice teriam de se combater as despesas correntes, as quais tinham crescido de forma substancial e que tinham de ser reduzidas. -----

----- Mais fez referência ao aumento da rubrica com Recursos Humanos, apesar da realização de protocolos com o Ministério da Educação. -----

----- Reportou-se ao conteúdo da página 63 em que ressaltavam os indicadores de liquidez imediata, aparecendo números bastante assustadores, alertando para que, caso o

Município não inverta essa situação, poder-se-á chegar a uma situação de falta de liquidez, para resolver compromissos imediatos. -----

----- Autorizado a intervir, o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)**, comentou que, apesar de não ter responsabilidade na aprovação do orçamento a que se reporta o relatório em apreço, era obrigação de todos os grupos parlamentares pronunciarem-se sobre o documento, apesar de não terem acompanhado a sua execução. Disse que na sua opinião tinha havido uma má definição da política utilizada e que, fazendo parte da Comissão de Acompanhamento do “+Centro”, podia afiançar que a culpa da falta de receitas não podia ser atribuída apenas à falta de disponibilização de verbas por parte do QREN. Frisou ainda que o maior problema estava não tanto na receita, mas no montante das despesas correntes. -----

----- De seguida, remeteu-se aos mapas de endividamento a terceiros, reportando-se a 31 de Dezembro, considerando preocupantes algumas dívidas a terceiros, entre as quais citou “*Sacoplás*”, “*Marvoense*”, “*Manuel Vieira Bacalhau*”, “*Pedra & Maia*”, “*Costa e Carvalho*” e “*Tosca*”.-----

----- Reportou-se aos subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia, criticando o facto do montante global para as quatro freguesias ser escasso, ainda mais se for comparado com os montantes cedidos a algumas associações, pese embora o trabalho desempenhado por estas, no âmbito da juventude, da cultura, etc.-----

----- Terminando a sua intervenção, o Sr. Deputado Municipal reportou-se às avaliações do pessoal, no âmbito do SIADAP, demonstrando alguma preocupação em relação aos

efeitos em termos de repercussão na progressão dos funcionários, tendo em conta, as quotas. -----

----- Usou da palavra o **sr. Vereador Dr. Miguel Grego** para esclarecer algumas das questões anteriormente colocadas. Assim, sobre a alusão às baixas taxas de execução do orçamento, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego disse que por vezes eram inseridos determinados projectos em orçamento que, por falta de concretização de receitas, acabavam por não ser executados e que, muitas das vezes, eram previstos em orçamento na tentativa de serem conseguidos os financiamentos, ficando, logo à partida, em *over booking*.-----

----- Quanto ao aumento de despesas com pessoal, o Sr. Vereador, remetendo à página 14 do Relatório de Gestão, informou que tinham sido transferidos mais de quinhentos mil euros do Ministério da Educação, destinado a pessoal não docente transferido para a Câmara Municipal, ao abrigo de protocolo celebrado. -----

----- Mais evidenciou a diferença entre a Gestão Municipal actual e a de há 20 anos atrás, sendo o perfil e os vencimentos dos funcionários muito diferentes, considerando que os mesmos deverão ser compensados pelos trabalhos executados e de acordo com as suas habilitações. -----

----- No que diz respeito à atribuição dos subsídios a associações, reafirmou que os mesmos eram atribuídos em função de protocolos celebrados, com base em critérios aprovados por unanimidade pela Câmara Municipal. Contudo, em alguns casos, eram atribuídos subsídios extraordinários, destinados a colmatar despesas inerentes à

realização de trabalhos feitos em colaboração com a Câmara Municipal, nas mais diversas áreas, desde o ambiente, cultura, desporto e outras, sendo de registar o trabalho meritório que tem sido desenvolvido no âmbito dessas parcerias. Quanto às Juntas de Freguesia disse que a Câmara tinha entendido não celebrar protocolos de delegação de competências, durante o ano de 2009, tendo sido atribuídos os subsídios pontualmente. -

----- Quanto ao SIADAP, disse que estava a ser feito um grande esforço, tendo a Câmara Municipal contratado um consultor externo, de modo a implementar o sistema e colocá-lo em funcionamento o mais breve possível. Assumiu, no entanto, algum atraso no cumprimento dos prazos estipulados na Lei, contudo atestou os esforços realizados, quer por parte dos funcionários, quer do Executivo Municipal, tendo mesmo sido criada a Comissão Paritária, para que todo o procedimento fosse feito correctamente e fossem proporcionadas as avaliações condignas e justas. -----

----- Solicitando a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia, o **Sr. Deputado Municipal Prof. José Frade (PSD)** reportou-se ao proferido pelo Sr. Dr. Vereador Miguel, em relação às associações e disse que não pretendia pôr em causa as verbas atribuídas às mesmas, apenas tinha pretendido fazer uma comparação com os apoios atribuídos às Juntas, sendo as verbas disponibilizadas para as associações muito mais elevadas, cerca do triplo. -----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel esclareceu que as Juntas de Freguesia tinham competências próprias e que sempre que a Câmara Municipal entendia celebrar com

elas protocolos de delegação de competências, transferia as verbas correspondentes em função daquilo que era contratualizado. -----

----- Terminadas as intervenções, foram colocados à votação os documentos de prestação de contas do ano 2009 e apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano 2009, tendo-se registado a **aprovação por maioria**, com 14 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções. -----

----- Autorizado a intervir, o **Sr. Deputado Municipal José Frade (PSD)** referiu que, nos termos legais e conforme previsto no art.º 54.º, n.º 4, do Regimento da Assembleia Municipal de Mira, a bancada do Partido Social Democrata, iria apresentar, posteriormente, uma declaração de voto. -----

----- **PONTO SEIS: “Tomada de conhecimento, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, das Grandes Opções do Plano para 2010 da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego.”**-----

----- Tendo o plenário tomado conhecimento do documento e não estando o assunto sujeito a votação, o Sr. Presidente da Assembleia deu o ponto por encerrado e avançou para o ponto seguinte. -----

----- **PONTO SETE: “Nomeação de 4 elementos para integrar a comissão na sua modalidade alargada, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, de Mira, nos termos da alínea 1) do art.º 17.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 Setembro.”**-----

----- Sobre este ponto, usou da palavra o **Sr. Deputado Municipal Eng.º Calisto Coquim (PS)**, esclarecendo que tinha havido um acordo no sentido da indicação de dois elementos pela bancada do PS, um elemento pela bancada do PSD e um elemento pela bancada do MAR, tendo a lista, depois de formada, de ser sujeita a sufrágio. -----

----- Foram propostos os seguintes nomes: Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, pelo Partido Social Democrata, Dr. José Garrucho pelo grupo parlamentar MAR, Patrícia Cristina Cuco Sérgio e Aida Isabel Domingues Mendes Távora pelo Partido Socialista. -

----- Tendo a opção do Grupo Parlamentar do PS recaído sobre dois elementos estranhos à Assembleia Municipal, foi justificada a escolha pelo facto da Dr.ª. Patrícia Sérgio ser licenciada em Ensino Básico, possuindo Mestrado em Educação e a Dr.ª. Aida Távora possuir a licenciatura em Enfermagem. -----

----- O Sr. **Presidente da Assembleia, Prof. Doutor Fernando Regateiro**, referiu que as pessoas indicadas deveriam ter conhecimento na área da Educação e da Saúde, por terem mais sensibilidade para detecção de situações de risco, daí que a escolha tivesse recaído nos elementos já referidos. Contudo, informou que tinha conhecimento que não teriam necessariamente pertencer à Assembleia -----

----- Seguiu-se a votação, mediante escrutínio secreto, da lista composta por Dr.ª. Conceição Oliveira, Dr. José Garrucho, Dr.ª. Patrícia Sérgio e Dr.ª. Aida Távora, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com 23 votos a favor e um voto em branco. -----

----- Por volta das 19h45, ausentou-se da sessão, o **Sr. Deputado Municipal Dr. Juan António Apolinário**. -----

----- **PONTO OITO: “Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, de Mira, referente ao ano de 2009, nos termos da alínea h), do artº.18., do D.I. nº 147/99, de 01 de Setembro”-----**

----- Tendo sido dado conhecimento do documento e não estando o mesmo sujeito a votação, nem se tendo registado intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu o ponto por encerrado e avançou para o ponto seguinte. -----

----- **PONTO NOVE: “Constituição de um grupo de trabalho para revisão do Regimento da Assembleia Municipal”-----**

----- Tendo sido sugerido pelo 1º. Secretário da Mesa, Engº. Calisto Coquim, que o grupo fosse composto pelas mesmas pessoas que tinham sido designadas para a Comissão Permanente, após alguma discussão sobre a questão e alguns alvites relativamente ao modo de execução das alterações pretendidas ao Regimento actual, foi, **por unanimidade**, decidido que seria a Comissão Permanente, composta pelos senhores Deputados Municipais, Engº. Calisto Coquim e Sr. João Maria Nogueira, ambos do PS, Sr. Pedro Nunes, do PSD e Dr. José Balugas, do MAR, a responsável pela elaboração das alterações julgadas pertinentes ao actual Regimento. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** aconselhou no sentido do grupo de trabalho elaborar uma proposta de alteração, que deveria fazer circular pela Net, para todos os senhores deputados municipais, atempadamente, de modo a que a mesma pudesse ser discutida na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a levar a efeito em Junho próximo. -----

----- Terminada a agenda de trabalhos da sessão, foi solicitada ao plenário autorização pelo **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

-----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

